

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

| TÍTULO DO TRABALHO | | | |
|---|--|-------|-----------|
| Nacionalismo: instrumento político revolucionário na América Latina | | | |
| AUTOR | INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO) | Sigla | Vínculo |
| Tomás de Siervi Barcellos | Universidade Federal de Santa Catarina | UFSC | Estudante |
| RESUMO (ATÉ 20 LINHAS) | | | |
| <p>O presente artigo busca analisar a utilização do nacionalismo na luta de classes como possível instrumento político da classe trabalhadora dos países periféricos, em especial os latino-americanos. Para cumprir este objetivo, o artigo divide-se em três partes. A primeira versa sobre a constituição das classes dominantes locais e seu caráter antinacional. Nesta seção busca-se evidenciar, no seio da luta de classes, as diferenças entre as revoluções burguesas nos atuais países imperialistas e as “revoluções burguesas” que aconteceram nos países latino-americanos, quando ocorreram. Na segunda seção, pretende-se desenvolver, desde o ponto de vista dos países dependentes, as conseqüências da opressão imperialista, destacadamente a transferência de valor, e sua resolução na luta de classes: a superexploração da força de trabalho. Desta forma, a dependência e a questão nacional se apresentam como problema de classe. Por fim, a seção final procura analisar como as classes sociais latino- americanas podem utilizar/utilizam o nacionalismo como instrumento político.</p> | | | |
| PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS) | | | |
| Nacionalismo; luta de classes; dependência | | | |
| ABSTRACT | | | |
| <p>This paper analyzes the use of nationalism in the class struggle as a possible policy instrument of the working class of the peripheral countries, especially Latin Americans. To accomplish this goal, the paper is divided into three parts. The first focuses on the constitution of the local ruling classes and their anti-national character. This section seeks to highlight, within the class struggle, the differences between the bourgeois revolutions in the imperialist countries and the current "bourgeois revolutions" that took place in Latin American countries, when they occurred. In the second section, we intend to develop, from the point of view of the dependent countries, the consequences of imperialist oppression, notably the transfer of value, and its resolution in the class struggle: the exploitation of labor power. Thus, dependence and national issue are presented as class problem. Lastly, the final section seeks to examine how Latin American social classes can use / use nationalism as a political tool.</p> | | | |
| KEYWORDS | | | |
| Nationalism; class struggle; dependence | | | |
| EIXO TEMÁTICO | | | |
| Marxismo e a América Latina | | | |

NACIONALISMO: INSTRUMENTO POLÍTICO REVOLUCIONÁRIO NA AMÉRICA LATINA.

Tomás de Siervi Barcellos¹

1. AS BURGUESIAS LATINO-AMERICANAS

O interesse dos camponeses, portanto, não se encontra mais, como sob Napoleão, em consonância com os interesses da burguesia e do capital, mas em contradição com eles.

Karl Marx, *o 18 de brumário de Luís Bonaparte*

A proposição que fazemos aqui de que as burguesias latino-americanas são anti-nacionais não é óbvia, e em algum sentido tampouco *lógica*. As burguesias “clássicas”, ou seja, aquelas que primeiro se desenvolveram enquanto burguesas, são justamente classes nacionais, promoveram a unificação nacional e constroem um *projeto de desenvolvimento autônomo* de suas nações. Para esta tarefa as burguesias clássicas se aliam ao povo, ao nascente proletariado e aos camponeses, para derrotar a ordem anterior, e a classe que a levava a cabo, a aristocracia feudal. Diversos foram os matizes destes enfrentamentos e as alianças de classes que construíram. No entanto, é certo que em todos os casos clássicos a burguesia, para tomar o poder, faz concessões às demais classes do “bloco revolucionário”, ainda que estas concessões lhe sejam úteis para o desenvolvimento do capitalismo e das relações capitalistas de produção – como a reforma agrária.

Fenômeno completamente distinto é o que ocorre nos países latino-americanos. Aqui a natureza material do desenvolvimento da burguesia é outra. Enquanto nos países europeus era necessário destruir relações não-capitalistas do campo para fazer avançar a indústria, o consumo e a acumulação de capital, aqui o desenvolvimento da indústria, do consumo e da acumulação de capital necessitaram rigorosamente do contrário, a saber a manutenção de um campo sob a égide do latifúndio e da produção exportadora. Chama atenção que na América Latina a mudança da dominação de uma classe (oligarquias latifundiárias) para outra (burguesia) se dá de forma relativamente pacífica (MARINI, 2012).

Nas revoluções que chamamos de clássicas havia uma clara oposição entre interesses da burguesia industrial e dos setores agrários. Naquelas que ocorreram em nosso continente o fenômeno foi outro: o setor industrial gestou-se como complemento a economia exportadora e a ela

¹ Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: tomas.barcellos@gmail.com

se vinculava pela necessidade de divisas e mercado consumidor para seus produtos. Desta maneira, os interesses da burguesia industrial e agrária-exportadora se complementam, ou até mesmo coincidem, muito mais do que se negam. A existência de contradições entre interesses dentro do bloco dominante não altera o que descrevemos, mas a coloca como cooperação antagônica (MARINI, 2012).

Vânia Bambirra (2012) defende que é uma especificidade dos países latino-americanos o fato de as relações capitalistas terem se construído primeiramente no setor exportador. E, por isso mesmo, o desenvolvimento da indústria dependerá daquele de tal forma que as disputas que ocorrem se dão com limites.

De todo modo, “a existência de um setor industrial dedicado ao mercado interno gera a base objetiva para uma transformação da atividade econômica quando ocorre a crise do mercado mundial.” (MARINI, 2012, p. 56). Neste contexto de crise, o setor industrial latino-americano ganha novo impulso porque o excedente do setor externo flui ao industrial i) pelo sistema bancário ou; ii) pela diminuição de possibilidade de expansão daquele setor, tornando-se inútil expandir a produção agrícola já que a demanda por estes produtos declinava justamente pela crise mundial, levando o investimento para a expansão industrial. Soma-se ainda que o setor exportador, impedido de importar, passava a exercer um estímulo a oferta interna, “criando a demanda efetiva que a indústria trataria de satisfazer.” (MARINI, 2012, p. 56).

O desenvolvimento de setores complementares à economia exportadora cria um mercado interno. Gesta-se o processo de industrialização e o setor exportador gera demanda por bens manufaturados. Essa demanda se divide em duas partes: aquela que é consumo de mais-valia e que é consumo dos salários. A parte relativa a mais-valia é resolvida mediante importação, e a parte relativa aos salários mediante produtos produzidos pela indústria nacional. Daí explicita-se que o desenvolvimento do assalariamento no setor exportador é desenvolvimento da indústria. Ou, como bem já nos haviam assinalado Marx e Engels em 1848, desenvolvimento da indústria é a um só tempo desenvolvimento da burguesia e do proletariado.

A industrialização se deu utilizando divisas do setor exportador para importar máquinas e equipamentos para a instalação das indústrias em solo nacional. Portanto, já estava colocada desde o início a dependência da burguesia para com a oligarquia-exportadora. Assim, a industrialização gera novas classes, mas o poder das oligarquias não é esmagado, e sim redefinido (BAMBIRRA, 2012).

É esta a base material que possibilitará um pacto entre o setor industrial e o agrário-exportador na primeira metade do século XX na América Latina, ainda que Marini ressalve que “o pacto estabelecido entre burguesia agroexportadora e burguesia industrial expressava uma cooperação antagônica” (MARINI, 2012, p. 57). Ou seja, este desenvolvimento do setor industrial cria dois pólos, um voltado ao mercado interno e outro ao externo: o primeiro busca libertar-se da dependência do segundo e impor a si como pólo principal.

O desenvolvimento da indústria no período de guerras “reforça consideravelmente o pólo interno e cria as condições para uma luta mais aberta pelo predomínio dentro da coalizão dominante” na qual “a burguesia industrial lançará mão da pressão das massas urbanas” (BAMBIRRA, 2012, p. 57). No entanto, “embora a indústria tenda a subordinar o setor exportador, é dele dependente” (ibidem, p. 77), uma vez que a “burguesia industrial latino-americana já nasce limitada e comprometida com as classes dominantes oligárquicas” (ibidem, p. 80).

Começa então a desenvolver-se uma indústria de bens intermediários e de bens de capital (indústria pesada). A burguesia tenta ampliar a escala do mercado interno e lançar-se para fora. No entanto, conforme Marini (2012, p. 58),

O bloqueio enfrentado pela indústria leve para sua expansão e a dificuldade de importar os bens intermediários e os equipamentos necessários, levam a burguesia a encarar a segunda etapa do processo de industrialização, ou seja, a criação de uma indústria pesada. Assim, a burguesia se choca simultaneamente com a classe latifundiária mercantil e com os trustes internacionais.

Numa tentativa de realizar um desenvolvimento capitalista autônomo, a burguesia industrial apóia-se nas massas populares urbanas buscando construir “novo esquema de poder, no qual, mediante o apoio das classes médias e do proletariado, e sem romper o esquema de colaboração vigente, seja capaz de se sobrepor às antigas classes latifundiárias e mercantil” (MARINI, 2012, p. 58).

Todos estes fenômenos se desenvolvem ao mesmo tempo em que há uma tendência a integração dos sistemas de produção por i) crescimento do setor industrial vinculado ao mercado interno nas economias periféricas e ii) desenvolvimento da indústria pesada nos países centrais que precisavam “exportar para a periferia equipamentos e máquinas que se tornavam obsoletos e ainda não tinha sido totalmente amortizados” (MARINI, 2012, p. 59). O capital estrangeiro passa a assediá-las burguesias locais e “a primeira reação dessas burguesias foi a resistência ao assédio, formulando uma ideologia nacionalista orientada para a definição de um modelo de

desenvolvimento capitalista autônomo” (MARINI, 2012, p. 60). Esta nova frente de batalha, somada àquela com as antigas classes dominantes, leva a burguesia ao fracasso.

A fragilidade material das burguesias latino-americanas em não desenvolver a indústria pesada logo lhes cobraria o preço. De modo que para aumentar sua produção precisava importar máquinas e equipamentos, e para isso precisava também aumentar o *quantum* de divisas em sua posse para a importação destes equipamentos e bens intermediários. Desta maneira, “não sobra outra alternativa à burguesia industrial do que ceder ao setor agroexportador, dando-lhe facilidades e incentivos” de modo a “descarregar sobre as massas de trabalhadores da cidade e do campo o esforço de capitalização” (MARINI, 2012, p. 61).

No entanto, ao ceder às antigas classes dominantes, a burguesia industrial teve que abandonar o nacionalismo, as intenções de realizar reformas estruturais e políticas de distribuição de renda. Acabam assim por distanciar-se das massas e suas aspirações, polarizando com elas e eliminando a possibilidade de realizar aliança (MARINI, 2012), mesmo que tática como fizeram as burguesias centrais. A burguesia renuncia ao projeto de desenvolvimento autônomo, acabando com qualquer dúvida sobre seu caráter antinacional. Conforme Bamberger (2012, p. 98), “a partir do pós-guerra, juntamente com a desnacionalização da propriedade dos meios de produção, verifica-se a desnacionalização da própria burguesia”.

Na década de 1950, esse assédio dos capitais estrangeiros coincide com a dificuldade de nossas economias em elevar as exportações, restringindo assim a possibilidade de importar máquinas e equipamentos. A solução que se adotará será novamente uma solução que conciliará os interesses das burguesias locais e estrangeiras. Por um lado, a entrada de capitais era conveniente às burguesias estrangeiras porque se livravam das máquinas que já eram obsoletas, mas que lhes possibilitavam nos países latino-americanos lucros similares aos que máquinas novas lhes renderiam nos países avançados. Para a burguesia local, o acesso a equipamentos tecnologicamente mais avançados lhes permitia extrair um mais-valor extraordinário (MARINI, 2012). Assim “a burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas” que “reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares” (MARINI, 2012, p. 62).

A “revolução burguesa” na América Latina existe como um momento em que a burguesia industrial reivindica e assume o controle hegemônico de nossas sociedades. Esta “revolução”, porém, não se dá sob os cânones europeus. As “revoluções burguesas” na América Latina, não puderam, por exemplo, atender as reivindicações do campesinato porque “do setor primário

chegavam os capitais para a indústria e do campo chegava a mão de obra, que era expulsa para a cidade (BAMBIRRA, 2012, p. 84).

A chamada “ascensão das camadas médias” no período anterior a estas “revoluções burguesas” só foi possível porque o movimento operário vivia um momento de refluxo. Não é outra a causa de tais movimentos reivindicarem questões que se aproximavam muito dos interesses operários, como a regulamentação do trabalho (BAMBIRRA, 2012). Esses movimentos sociais colocam na sociedade brasileira uma polarização entre as antigas oligarquias e os demais setores sociais, polarização que a burguesia industrial saberá rapidamente usar em seu favor, exigindo a hegemonia em oposição às antigas classes dominantes.

No entanto, neste processo não se liquidam as oligarquias; se constrói uma dominação conjunta que Vânia Bambirra (2012) chamará de “dominação burguesa-oligarquica” e que Ruy Mauro Marini (2012) chamará de “cooperação antagônica” entre estas duas classes.

2. O NACIONALISMO COMO PROBLEMA DE CLASSE

Proclamamos que este es un instante de nuestra historia en que no es posible ser efectivamente nacionalista y revolucionario sin ser socialista.

José Carlos Mariátegui, Prólogo a *Tempestad en los Andes*

Na produção de uma mercadoria qualquer, por exemplo, um *tablet*, um carro ou uma porta, aquele capital que leva a cabo a produção com menos trabalho consegue, no momento da realização destas mercadorias – a transformação do valor nelas contidos para a forma dinheiro – apropriar-se de mais trabalho do que empregara na produção. Desta forma, a reprodução do capital opera constantemente sob o segredo da troca desigual.

Segundo Marini (2008) esta troca desigual pode se dar na mesma esfera de produção ou entre distintas esferas de produção que se relacionam. O primeiro tipo ocorre mais frequentemente entre nações que intercambiam manufatura com manufatura ou produtos primários com produtos primários, favorecendo aquelas com a mais elevada composição orgânica do capital ou menor custo de produção. Já o segundo tipo ocorre no comércio entre nações que intercambiam bens manufaturados por bens primários, favorecendo aquelas nações que produzem bens manufaturados, que também tem a mais elevada composição orgânica do capital. “El mero hecho de que unas produzcan bienes que las demás no producen, o no lo hacen con la misma facilidad, permite que las primeras eludan la ley del valor, es decir, vendan sus productos a precios superiores a su valor,

configurando así un intercambio desigual” (MARINI, 2008, p.122). Assim, a troca desigual acaba por promover uma transferência de valor.

Esta transferência de valor aparece para o capitalista de uma economia dependente, a exemplo das latino-americanas, como uma diminuição da taxa de lucro a qual precisa ser, de alguma forma, recomposta. Como o capitalista local não será capaz de impedir esta transferência de valor elevando a produtividade do trabalho, verá como única saída – para compensar esta perda na massa de mais-valia – o aumento da massa de mais-valia produzida, elevando a exploração da força de trabalho. Ou seja,

Las naciones desfavorecidas por el intercambio desigual no buscan tanto corregir el desequilibrio entre los precios y valor de sus mercancías exportadas (lo que implicaría un esfuerzo redoblado para aumentar la capacidad productiva del trabajo), sino más bien compensar la pérdida de ingresos generados por el comercio internacional, recurriendo a una mayor explotación del trabajador. (MARINI, 2008, p. 123)

Para aumentar a massa de mais-valia produzida poderá lançar mão de, ao menos, três mecanismos: 1) elevar a jornada de trabalho, aumentando desta forma o tempo de trabalho excedente ou o tempo em que o trabalhador produz mais-valia; 2) aumentar a intensidade do trabalho, aumentando o número de tarefas desempenhadas por um mesmo trabalhador; ou 3) remunerando a força de trabalho abaixo de seu valor, ou seja, convertendo parte do que seria fundo de reprodução da força de trabalho em fundo de reprodução do capital (MARINI, 2008). “En términos capitalistas estos mecanismos (que además se pueden dar, y normalmente se dan, en forma combinada) significan que el trabajo se remunera por debajo de su valor, y corresponden, pues, a una superexplotación del trabajo” (MARINI, 2008, p.126).

Desta forma, através da superexploração, as burguesias latino-americanas transformam a transferência de valor – um problema nacional – em problema que concerne exclusivamente à classe trabalhadora. O quinhão reclamado pelas burguesias imperialistas é tirado não daquela mais-valia que seria apropriada pelas burguesias latino-americanas, mas sim do fundo de vida dos trabalhadores. A questão nacional torna-se então uma questão de classe.

A questão nacional se expressa de diversas maneiras, tais quais: o controle sobre os recursos naturais e riqueza nacional, segurança alimentar, a livre expressão da cultura autóctone, etc. O capitalismo dependente não pode superar, ou resolver, nenhuma destas questões.

Ao considerar o exemplo da segurança alimentar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST – denunciou o absurdo a que chegou o Brasil. “O Brasil é um dos maiores

produtores mundiais de milho, enquanto a falta de alimentos dizima 18 milhões de cabeças de bois, vacas, porcos e bodes no Nordeste” (STEDILE, 2013). E, ao mesmo tempo, “a Cargill e a Bunge exportaram nada menos que 18 milhões de toneladas de milho para os Estados Unidos no último ano” (STEDILE, 2013). Uma questão tão elementar a uma nação como sua segurança alimentar não pode ser garantida pela sociedade capitalista dependente. O que cabe ao campo numa sociedade dependente é produzir alimentos e matérias primas para sua venda no mercado mundial² com objetivo de obter divisas e importar máquinas e equipamentos necessários à reprodução do capital industrial.

Neste contexto, uma sociedade dependente não pode enfrentar o tema da reforma agrária, tal qual fizeram as sociedades capitalistas clássicas. Isto demandaria enfrentar também a burguesia latifundiária, que é condição *sine qua non* do capitalismo dependente, e não um entrave ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção como foi nas sociedades européias. Outras digressões deste tipo poderiam ser feitas quanto às questões cultural, econômica, de recursos naturais, etc.

Isto, no entanto, não impede que historicamente as classes dominantes utilizem-se do nacionalismo. Estas o fazem não mais que para conseguirem melhores termos de barganha com as burguesias imperialistas. “Lo que queda a las burguesías es un margen relativo de maniobra frente al imperialismo, que tratan de utilizar dentro de sus estrechos límites” (BAMBIRRA, 1977, p. 26). Ainda conforme a autora, “la historia registra incontables situaciones en que éstas [burguesias] han tratado de imponer políticas que sin golpear definitivamente el dominio imperialista buscaban restringirlo de manera parcial” (ibidem, 41).

No entanto este “nacionalismo” burguês não pode ir muito além, pois levaria indubitavelmente ao questionamento do imperialismo e, por consequência, do capitalismo e da existência da própria burguesia.

É por estas razões que este questionamento mais profundo acerca do nacionalismo só pode ser feito pelas classes subalternas, e tem sido feito. O nacionalismo se postula assim como elemento indispensável da revolução latino-americana.

² “Dados da Abra apontam que, de 1990 para 2011, as áreas plantadas com alimentos básicos como arroz, feijão, mandioca e trigo declinaram, respectivamente, 31%, 26%, 11% e 35%. Já as de produtos do agronegócio exportador, como cana e soja, aumentaram 122% e 107%” (MST, 2013).

La lucha por el socialismo está, en países como los latinoamericanos, en los marcos de la lucha por el desarrollo nacional autónomo que el capitalismo no puede realizar, y aislar las tareas de este tipo de la lucha por el socialismo sería una enorme equivocación estratégica y táctica que podría conducir al proletariado y sus aliados a nuevos y más graves reveses. (BAMBIRRA, 1977, p. 41)

Como nos faz lembrar Vânia Bambirra (2012, p. 90) “é necessário ter presente que o caráter de um processo revolucionário se define não apenas pelas classes que o realizam, mas também pelas tarefas que cumprem, pelos inimigos que enfrentam e pela classe que termina por deter hegemonicamente o poder”, de modo que podemos afirmar que a revolução nacional não foi feita na América Latina e que se está por fazer. As revoluções latino-americanas serão nacionais, e isto não implica que não sejam internacionalistas. Implica, isto sim, que irão cumprir as tarefas nacionais e que construirão desta forma a revolução internacional. Afinal, “o todo *se cria a si mesmo* na interação as partes” (KOSÍK, 1976, p.42). Em última instância, a nação latino-americana só se completará sob o socialismo.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la Dependencia: Una anticrítica.** México: Era, 1977.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino-americano.** Florianópolis: Insular, 2012.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARIATEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana.** Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/mariateg/1928/7ensayos/>>. Acesso em: 17 set. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la Dependencia. In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **América Latina: dependencia y globalización.** Bogotá: Clacso e Siglo Del Hombre Editores, 2008. p. 107-149.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução.** 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MST. **Com agronegócio, Brasil precisa importar 200 mil toneladas de feijão.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/14937>>. Acesso em: 17 set. 2013.

STEDILE, João Pedro. **Paranoia da inflação e hipocrisia da burguesia.** Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/joao-pedro-stedile/blog/2013/06/06/paranoia-da-inflacao-e-hipocrisia-da-burguesia/>>. Acesso em: 17 set. 2013.